

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Planejamento Estratégico

2021 - 2026



MESA DIRETORA

BIÊNIO 2026-2027

Desembargadora Janete Vargas Simões

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES)

Desembargador Fernando Zardini Antonio

Vice-Presidente do TJES

Desembargador Ewerton Schwab Pinto Júnior

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Robson Luiz Albanez

Vice-Corregedor Geral da Justiça

Tribunal Pleno

Desembargador Pedro Valls Feu Rosa

Desembargador Samuel Meira Brasil Junior

Desembargador José Paulo Calmon Nogueira da Gama

Desembargador Namyrr Carlos de Souza Filho

Desembargador Dair José Bregunice de Oliveira

Desembargador Willian Silva

Desembargadora Eliana Junqueira Munhos Ferreira

Desembargadora Janete Vargas Simões

Desembargador Robson Luiz Albanez

Desembargador Wallace Pandolpho Kiffer

Desembargador Fernando Estevam Bravin Ruy

Desembargador Ewerton Schwab Pinto Júnior

Desembargador Fernando Zardini Antonio

Desembargador Arthur José Neiva de Almeida

Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos

Desembargador Júlio Cesar Costa de Oliveira

Desembargadora Rachel Durão Correia Lima

Desembargador Helimar Pinto

Desembargador Eder Pontes da Silva

Desembargador Raphael Americano Câmara

Desembargadora Marianne Judice de Mattos

Desembargador Sérgio Ricardo de Souza

Desembargador Ubiratan Almeida Azevedo

Desembargadora Débora Maria Ambos Corrêa da Silva

Desembargador Fábio Brasil Nery

Desembargadora Heloisa Cariello

Desembargador Marcos Valls Feu Rosa

Desembargador Alexandre Puppim

Desembargador Aldary Nunes Junior

Desembargador Convocado Luiz Guilherme Risso

Sumário

Apresentação	6
A Estratégia Nacional.....	7
Metodologia.....	8
Identidade Estratégica	9
Perspectivas Estratégicas	10
Objetivos Estratégicos.....	14
Iniciativas Estratégicas.....	15
Catálogo dos Objetivos Estratégicos e das Iniciativas estratégicas associadas, relacionados com os Macrodesafios fixados pelo CNJ.....	16
Considerações Finais	22
Anexo 1	24

Apresentação

A formulação do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo obedeceu às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça para sua adequação à Estratégia Nacional, conforme previsto na Resolução CNJ nº 325 de 29 de junho de 2020 e referente ao período iniciado em 2021 com término previsto para o ano de 2026.

A necessidade de elaboração do novo Planejamento Estratégico do PJES levou à instituição do Ato Normativo nº 032 de 13 de abril de 2021. A constituição do Grupo de Trabalho para a elaboração do Planejamento Estratégico previu a participação efetiva de magistrados de primeiro e segundo graus, servidores e demais integrantes do sistema judiciário, sendo garantida a contribuição da sociedade.

Nesse contexto a formulação do Planejamento Estratégico do PJES foi iniciada com uma Consulta Pública realizada em janeiro de 2021 e que teve a finalidade de auxiliar na construção dos cenários prospectivos, indispensáveis para as escolhas, conforme constam da revisão do Plano Estratégico, vigente durante o período de 2015–2020, que ora finda.

Conforme diretriz do CNJ e com base na metodologia do Balanced Scorecard — BSC foi formulado o Mapa Estratégico, contemplativo de 23 objetivos estratégicos distribuídos em 03 perspectivas: Sociedade, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento.

Sob a premissa de fortalecer a identidade do Poder Judiciário Estadual, bem como estabelecer a sua forma de atuação, estão identificadas no Planejamento Estratégico 2021–2026, a Missão, Visão e Valores que servirão de diretrizes para a atuação institucional.

A Estratégia Nacional

Conforme editada pelo Conselho Nacional de Justiça, a Resolução 325 de 29 de junho de 2020 estabeleceu os pressupostos de atuação do Poder Judiciário para o período 2021–2026.

As diretrizes orientam para uma atuação uniforme no âmbito do Poder Judiciário e o fortalecimento da nossa capacidade de enfrentamento dos Macrodesafios propostos até o ano de 2026. Dessa forma é que foram escolhidos os objetivos estratégicos e constituída as bases para a formulação das ações que consolidarão a estratégia.

Importante destacar que a Estratégia Nacional, conforme pressupostos estabelecidos, leva em consideração a necessidade de que cada órgão do Poder Judiciário atue na direção de estabelecer convergência de suas ações de forma a potencializar todos os esforços no enfrentamento dos desafios estabelecidos para a conquista de excelência de atenção ao jurisdicionado.

Ainda merece destaque que para o monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021–2026, conforme definido pelo CNJ, será realizado “precipualemente por meio de: Indicadores de Desempenho, Metas Nacionais e diagnósticos para verificar realização de iniciativas estratégicas (programas, projetos e ações) que visem alcançar os Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário)”¹.

¹ Monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021–2026 (documento editado pelo CNJ).

Metodologia

O processo revisional do Planejamento Estratégico com vistas ao período 2021-2026 foi iniciado mediante a realização de Consulta Pública no mês de janeiro de 2021, sendo que ainda no ano de 2020, após a edição da Resolução CNJ nº 325 de 29 de junho de 2020 foram realizadas as primeiras abordagens relacionadas com o cronograma a de atividades para a elaboração e edição do novo texto do PE – 2021-2026.

Para a elaboração da nova formulação estratégica foram consideradas as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça. As informações foram disseminadas nas reuniões setoriais realizadas com todos os segmentos do Tribunal, de forma a orientar as tratativas levadas a termo.

Ao longo do período foram realizadas as seguintes atividades:

- Aprovação do Cronograma de Trabalho;
- Reunião da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica — APOGE com as áreas administrativas para validação das propostas de alteração. Análise e compilação das informações recebidas;
- Reuniões setoriais para apresentação das diretrizes de trabalho, com fixação de agenda para a entrega das discussões realizadas internamente pelos setores;
- Elaboração da minuta de Resolução do novo Planejamento Estratégico 2021-2026.

Identidade Estratégica

A identidade estratégica do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo reflete os pressupostos de sua atuação. Dessa forma estabelecidas a Missão, a Visão e os Valores estão definidos: o propósito de sua atuação, aonde pretende chegar até o ano de 2026 e os princípios que pautam a sua atuação institucional.

Missão

“Assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e fortalecimento do estado democrático de direito”.

Visão

Ser uma instituição que promove a Justiça para todos com credibilidade e gestão de excelência.

Valores

Celeridade, Eficiência, Ética, Transparência, Imparcialidade, Modernidade, Acessibilidade, Responsabilidade Sócio Ambiental.

Perspectivas Estratégicas

As perspectivas estratégicas explicitam, de acordo com o modelo de gestão do BSC — Balanced Scorecard, a visão organizacional a partir de um conjunto de objetivos organizacionais aptos ao enfrentamento dos Macrodesafios fixados para o Poder Judiciário, como um todo, e identificados no Mapa Estratégico.

A partir de uma lógica integrativa das perspectivas organizacionais é possível pensar que o alcance de cada objetivo contribui em harmonia para realização da missão institucional. Tal situação decorre da relação de causa e efeito entre os diversos componentes da análise estratégica, definidos pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Conforme estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça e, reproduzidas na formulação estratégica do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, são apresentadas três perspectivas:

Sociedade

Essa perspectiva define a própria missão institucional: o Tribunal existe para assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito. São as entregas obrigatórias, devidas à sociedade capixaba.

Processos Internos

Nesta perspectiva estão os objetivos estratégicos relacionados com a prestação jurisdicional mais célere e eficiente, aumento da produtividade e a governança judiciária.

Aprendizado e crescimento

Compreende a dimensão de valorização e desenvolvimento de pessoas, cujo foco principal é a preparação da instituição para acompanhamento e enfrentamento das mudanças. Também compreende os objetivos de sustentação do Poder Judiciário, ligados aos recursos orçamentários financeiros tecnológicos fundamentais para o alcance das estratégias organizacionais.

Mapa Estratégico

Visão

Ser uma instituição que promove a Justiça para todos com credibilidade e gestão de excelência.

Valores

Celeridade, Eficiência, Ética, Transparência, Imparcialidade, Modernidade, Acessibilidade, Responsabilidade Sócio Ambiental.



Missão

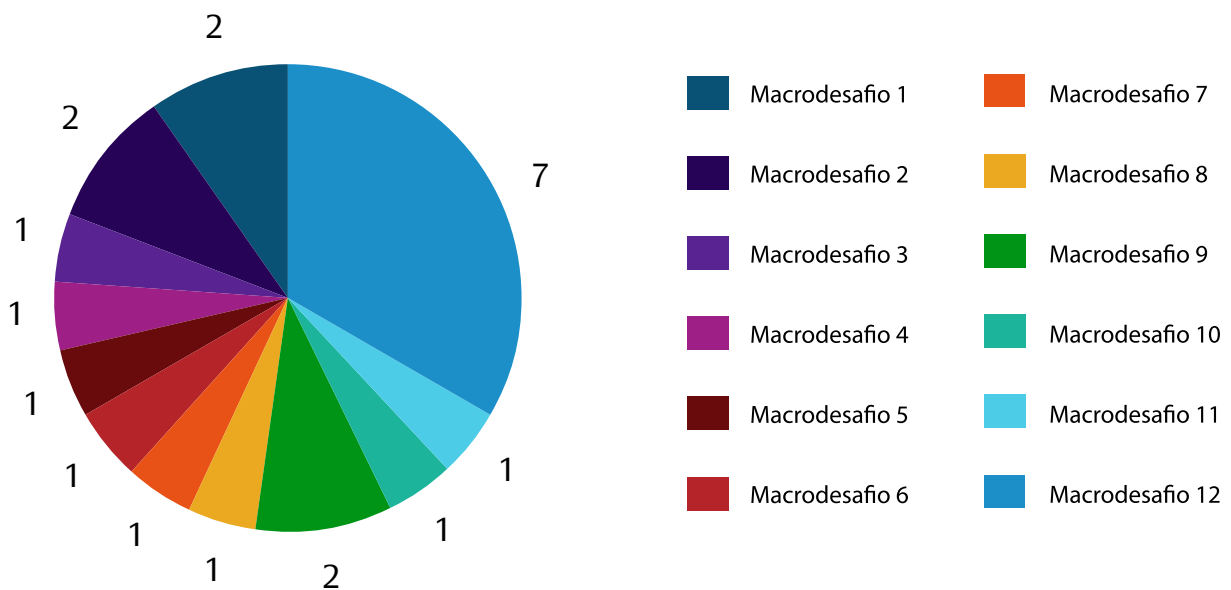
Celeridade, Eficiência, Ética, Transparência
Imparcialidade, Modernidade,
Acessibilidade, Responsabilidade
Sócio Ambiental.

Sociedade	Aperfeiçoar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça	Promover a acessibilidade	Incentivar Programas Permanentes de Cidadania
	Aprimorar o relacionamento com os jurisdicionados, operadores do direito e a sociedade		
Processos Internos	Garantir efetividade na Prestação Jurisdicional	Combater a corrupção e a improbidade administrativa	Estruturar o Sistema de Meios Alternativos de Solução de Conflitos
	Consolidar o sistema de Precedentes Obrigatório	Promover a Sustentabilidade	
Aprendizado e Crescimento	Aperfeiçoar a Gestão da Justiça Criminal	Fortalecer a Governança Institucional	Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais
	Consolidar a valorização de magistrados e servidores	Garantir a aplicação de recursos Orçamentários e Financeiros na Execução da Estratégia	Aperfeiçoar a Governança e Gestão de TIC
	Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Aprimorar as aquisições e contratações de TIC	Aumentar a satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário
	Promover a Transformação Digital	Buscar a Inovação de Forma Colaborativa e Promover serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores

Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos explicitados no Mapa Estratégico estão correlacionados com os Macrodesafios fixados na Estratégia Nacional 2021-2026, pelo Conselho Nacional de Justiça e têm o condão de identificar os resultados que a organização pretende atingir. Os objetivos estratégicos se alinham para viabilizar a missão institucional e a sua visão de futuro, bem como ressaltar os valores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Macrodesafios e Número de Objetivos Estratégicos Associados



Iniciativas Estratégicas

As Iniciativas Estratégicas são necessárias para alcance dos Objetivos Estratégicos. Elas são orientativas e representam a base para a formulação de projetos, programas e ações que impulsionarão a execução da Estratégia no período de 2021-2026.

Catálogo dos Objetivos Estratégicos e das Iniciativas estratégicas associadas, relacionados com os Macrodesafios fixados pelo CNJ

Macrodesafio CNJ 01: Garantia Dos Direitos Fundamentais

S.1.1 — Aperfeiçoar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça.

S.01.01.001 — Impulsionar a justiça digital.

S.1.2 — Promover a acessibilidade.

S.01.02.001 — Implantar o Programa de Acessibilidade.

Macrodesafio CNJ 02: Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.

S.2.1 — Incentivar programas permanentes de cidadania.

S.02.01.001 — Fortalecimento de políticas institucionais voltadas para as vítimas de violência doméstica.

S.02.01.002 — Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao Adolescente.

S.2.2 — Aprimorar o relacionamento com os jurisdicionados, operadores do direito e a sociedade.

S.2.2.1 — Promover a comunicação aproximativa entre as pessoas e públicos do Poder Judiciário.

S.2.2.2 — Modernizar e Alinhar as ações de Comunicação do Poder Judiciário.

Macrodesafio CNJ 03: Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

PI. 03.01 — Garantir efetividade na prestação jurisdicional.

PI. 03.01.001 — Impulsionar a desjudicialização de processos de Execução Fiscal

PI. 03.01.002 — Aprimorar o Sistema dos Juizados Especiais.

PI. 03.01.003 — Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.

Macrodesafio CNJ 04: Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

PI. 04.01 — Combater a corrupção e a improbidade administrativa.

PI. 04.01.001 — Impulsionar processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública.

Macrodesafio CNJ 05: Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos.

PI. 05.01 — Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos.

PI.05.01.001 — Desenvolver parcerias externas, objetivando a dinamização dos procedimentos de mediação e conciliação nas fases Preprocessuais e processuais.

PI.05.01.002 — Fortalecer parcerias internas visando maior integração com outros setores do PJES para estimular o uso de métodos alternativos de solução de conflitos nos processos judiciais.

PI.05.01.003 — Ampliar a estrutura física e de pessoal dos Centros Judiciários de Solução de Conflito e do NUPEMEC.

Macrodesafio CNJ 06: Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios.

PI.06.01 — Consolidar o sistema de precedentes obrigatórios.

PI.06.01.001 — Implantar e Manter os sistemas informatizados e a gestão das informações do sistema de precedentes obrigatórios.

Macrodesafio CNJ 07: Promoção da Sustentabilidade.

PI. 07.01 — Promover a sustentabilidade.

PI. 07.01.001 — Elaborar novo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJES).

PI. 07.01.002 — Cumprir as metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável — PLS.

PI. 07.01.003 — Instituir Política de Responsabilidade Social do PJES.

Macrodesafio CNJ 08: Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal.

AC. 08.01 — Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal.

AC. 08.01.001 — Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à Justiça Criminal e de Execução Penal.

Macrodesafio CNJ 09: Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da Governança judiciária.

AC. 09.01 — Fortalecer a governança institucional.

AC. 09.01.001 — Avaliar e contribuir com o aperfeiçoamento dos mecanismos de Governança da Gestão Administrativa do PJES.

AC. 09.01.002 — Aperfeiçoar a Gestão Administrativa.

AC. 09.01.003 — Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.

Macrodesafio CNJ 10: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.

AC 10.01 — Consolidar a valorização de magistrados e servidores.

AC. 10.01.001 — Fortalecer as Políticas de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores do PJES.

AC 10.01.002 — Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua.

AC. 10.01.003 — Promover a adequação da força de trabalho.

AC. 10.01.004 — Estruturar sistema informatizado na Secretaria de Gestão de Pessoas.

Macrodesafio CNJ 11: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.

AC 11.01 — Garantir a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros na execução da estratégia.

AC. 11.01.001 — Aperfeiçoar a execução orçamentária e financeira.

AC. 11.01.002 — Assegurar recursos para atendimento dos projetos.

Macrodesafio CNJ 12: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

AC. 12.01 — Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC.

AC. 12.01.001 — Implantar Gestão de Demanda.

AC. 12.01.002 — Aumentar o índice de Governança de TIC.

AC. 12.01.003 — Buscar conformidade com normas e boas práticas de TIC.

AC. 12.01.004 — Gerenciar e aprimorar os serviços de TI.

AC. 12.01.005 — Reestruturar a STI — Recursos Humanos e Estrutura Organizacional.

AC. 12.02 — Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados.

AC. 12.02.001 — Aprimorar a Segurança da Informação.

AC. 12.02.002 — Implantar e gerenciar o atendimento à LGPD.

AC. 12.03 — Aprimorar as aquisições e contratações de TIC.

AC. 12.03.001 — Elaborar e executar o Plano de Contratações de TIC.

AC. 12.04 — Aumentar a satisfação dos usuários do sistema judiciário.

AC. 12.04.001 — Reduzir o tempo de atendimento às demandas de TIC dos usuários.

AC. 12.05 — Promover a transformação digital.

AC. 12.05.001 — Ampliar a utilização de sistema processual eletrônico a 100% das unidades.

AC. 12.06 — Buscar a inovação de forma colaborativa e promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas.

AC. 12.06.001 — Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas.

AC. 12.07 — Reconhecer e desenvolver as competências dos colaboradores.

AC. 12.07.001 — Regulamentar e Implantar o Plantão na STI. AC.

12.07.002 — Elaborar e executar Plano de Capacitação.

Considerações Finais

O Planejamento Estratégico 2021-2026 estabelece os parâmetros de atuação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo para os anos seguintes. As reflexões trazidas com esse novo documento explicitam a melhor e possível adequação do Poder no que se refere à construção de uma agenda positiva para o enfrentamento dos Macrodesafios propostos pelo Conselho Nacional de Justiça.

As próximas decisões no âmbito deste Tribunal serão direcionadas pelo conhecimento da estratégia e dessa forma os setores serão sensibilizados à formatação de programas, projetos e ações que servirão como instrumentos de alcance das metas fixadas. Os resultados serão alcançados na medida em que a utilização do modelo proposto se torne um processo sistemático, dentro do Tribunal.

A avaliação e validação permanente dos indicadores atribuídos a cada iniciativa estratégica servirá para a consolidação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo como uma organização orientada pela estratégia, ou seja, estimulando todos os magistrados e servidores ao alcance de sua visão institucional.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado
do Espírito Santo

ANEXO 1

PERSPECTIVA	MACRODESAFIOS - CNJ	INDICADORES DOS MACRODESAFIOS	META 2025	META 2026
Sociedade	Garantia dos Direitos Fundamentais	IAJ - ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA	Sem Meta	Sem Meta
	Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade	PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	Mantida a Meta Original de 70% de aprovação	Mantida a Meta Original de 70% de aprovação
		ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	100%	100%
Processos Internos	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	TAXA DE CONGESTIONAMENTO DAS EXECUÇÕES FISCAIS	69,23%	69,23%
		TCL - TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA, EXCETO EXECUÇÕES FISCAIS	Usar Meta 05 (-0,5% ou 52%)	Usar Meta 05 (-0,5% ou 52%)
		IAD - ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA	100%	100%
		TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS PENDENTES LÍQUIDOS, CONSIDERANDO AS FASES DENTRO DO JUDICIÁRIO	500	500
	Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	ÍNDICE DE PRESCRIÇÃO	5,02%	5,02%
		TpCpICE - TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS PENDENTES DE IMPROBIDADE, CORRUPÇÃO E CRIMES ELEITORAIS	1479	1479
		TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES	42,58%	42,58%
	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	17% (Meta 3 de 2025)	18% (Meta 3 de 2026)
	Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios.	Tempo médio entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese	1302,5	1302,5
		Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)	776,67	776,67
		Tempo médio entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência (IAC)	1981	1981
	Promoção da Sustentabilidade	ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE - IDS	80%	80%

Aprendizado e Crescimento	Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	TAXA DE ENCARCERAMENTO	420,34	420,34
		TpCpCCrim – TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS CRIMINAIS PENDENTES NA FASE DE CONHECIMENTO	700	700
		TpDecPen - TEMPO MÉDIO DAS DECISÕES EM EXECUÇÃO PENAL	1520	1520
	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da Governança judiciária	ÍNDICE DE DESEMPENHO DOS ÓRGÃOS NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE NOS EIXOS "GOVERNANÇA" E "QUALIDADE DA INFORMAÇÃO"	85%	90%
	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO-DOENÇA	2,80%	2,80%
		PRQV – PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO TOTAL PARTICIPANTE DE AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	1,23%	1,23%
		ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS	50%	50%
		ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	50%	50%
	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	IDOB - ÍNDICE DE DOTAÇÕES PARA DESPESAS OBRIGATÓRIAS	79,73%	79,73%
		IEDD - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	85,88%	85,88%
		IEP - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA PROJETOS	79,89%	79,89%
	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	IGovTIC-JUD	90%	95%
		PERCENTUAL DE CASOS ELETRÔNICOS SOBRE O ACERVO TOTAL	100%	100%